



2011

Discursos do Presidente da Liga dos Combatentes

ÍNDICE

(Clicar com o rato na data para abrir o discurso pretendido)

[16.02.2011](#) – 50.º Aniversário do Início dos Conflitos em Angola

[10.03.2011](#) – Apresentação do livro «Gotas de Vida» do Coronel Manuel Jorge Caramelo

[09.04.2011](#) – Dia Nacional do Combatente

[11.08.2011](#) – Comemorações do Aniversário da Batalha da Praia da Vitória

[02.10.2011](#) – Cerimónia de Condecoração de 50 Combatentes na Câmara Municipal de Oliveira do Bairro

[09.10.2011](#) – Lançamento do livro «Cruzes de Guerra», de Henrique Pedro

[11.11.2011](#) – 93.º Aniversário do Dia do Armistício da Grande Guerra, 88.º Aniversário da Liga dos Combatentes e 37.º Aniversário do Fim da Guerra do Ultramar

[15.12.2011](#) – Mensagem de Natal

[19.12.2011](#) – Cerimónia Evocativa dos 50 Anos da Invasão da Índia Portuguesa

50.º ANIVERSÁRIO DO INÍCIO DOS CONFLITOS EM ANGOLA, NO ANO DE 1961

16 de fevereiro de 2011

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor General CEMGFA, Exmo. General Luís Araújo

Permita-me que sublinhe e enalteça esta primeira adesão de V^a Exa. a uma iniciativa da Liga dos Combatentes, quando acaba de assumir as mais altas funções da hierarquia das Forças Armadas. É V.^a Ex.^a membro de honra do nosso Conselho Supremo, mas sublinho sobretudo o ser Membro Combatente da Liga dos Combatentes, o que muito nos honra. Felicitamo-lo pelas suas novas funções e desejamos-lhes as maiores felicidades em tão complexa missão.

Minhas senhoras e meus senhores

Estamos terminando esta semana evocativa do esforço de uma geração e da Nação portuguesa e das suas Forças Armadas no 50.º aniversário do início dos conflitos em África, em 1961. Após abordarmos o problema de Angola no dia 11, e no dia 15 termos feito o lançamento do livro «Kinda» o qual evoca o esforço da Força Aérea no Leste de Angola, evocámos hoje o 50.º aniversário da invasão da então Índia Portuguesa.

Finalizámos essa semana evocativa com o lançamento de um livro da minha autoria em que o Mar, não por acaso, toma um lugar de destaque. A Liga dos Combatentes pretendeu assim homenagear todos os que se bateram pelo país naquele período difícil, independentemente do Ramo das Forças Armadas em que o tenham feito.

Minhas senhoras e meus senhores

Caros amigos

Quando me concentrava para vos agradecer a vossa simpática e amiga presença. Quando reconhecia quanto era para mim importante a presença e a honra de ter connosco a Dr.^a Inês Pedrosa que conheço desde criança, mas a quem a vida deu asas e voou nas letras, como uma das maiores escritoras do presente e sem qualquer dúvida do futuro da língua portuguesa, mas que também encontrou tempo entre tanta solicitação para estar connosco. Por isso lhe agradeço a sua disponibilidade, para estar hoje aqui com o amigo, não com o fazedor de versos. Agradeço igualmente o ter feito o Prefácio deste meu trabalho e as palavras que proferiu no seu lançamento.

Minhas senhoras e meus senhores

Quem nunca leu um verso é como se nunca tivesse saído do berço.

Quem nunca disse um verso é como se nunca tivesse lido o terço.

Quem nunca fez um verso é como se nunca tivesse saído do berço nem lido o terço.

Ao longo da vida lemos e tivemos que interpretar muita poesia de outros escritores. Quantas vezes sem saber se líamos poesia se líamos prosa e muitas vezes lendo, sem entender o que líamos.

Tal a riqueza da forma, o ritmo, a música, o sentimento profundo de vida de cada um, os olhos com que veem o mundo, a forma como este foi para eles pai ou padrasto. Outras desfrutando um sentimento de bem-estar ao sentir ter lido um livro de mil páginas em duas linhas de poesia.

Oh Camões! Quanto me fizeste sofrer e deleitar e descobrir em mim este Portugal que é nosso. Mesmo assim, só viria a descobrir em mim o que significava a poesia, quando me encontrei cheio de vivências, sentimentos, memórias, regozijos e revoltas, amor e de dor que precisava de deitar ao vento. Nasceu «Segredos da Guerra e da Paz». Senti depois que tinha alguma coisa a transmitir à juventude, especialmente à juventude militar, de um tempo que me marcou e marcou uma geração. A nossa. E nasceu «Geração».

Quando um dia cheio de trabalho, sem tempo, descobri que havia uma forma em português de dizer tudo em poucas palavras. Mas mais do que isso, quando se pode aproveitar o tempo escrevendo e deitar-se num pedaço de papel ou num guardanapo de papel, algo que nos toca e diz muito e colocá-lo ali nos alivia, começámos a fazê-lo e a juntar esses pedaços de nós próprios. A seguir só faltava uma coisa. Ter coragem para assumir a nossa própria forma e estilo e partilhar os nossos sentimentos com os outros.

Todos nós temos os nossos próprios Cais onde acostamos, onde nos encostamos onde atracamos onde não naufragamos. Enfim todos nós como pessoas e como entidades coletivas, temos esses vapores que nos conduzem na vida e nos acostam a bons e maus cais, a bons e maus portos. Até que um fim chega. Dizem que para ser algo na vida em qualquer atividade ser necessário mostrá-lo ou fazê-lo pelo menos três vezes.” Há sempre um vapor acostado ao Cais” é a minha terceira manifestação externa de poesia.

Será que com esta terceira publicação de poesia eu satisfaço as condições que o povo e os especialistas exigem para se ser alguém na vida da poesia? Claro que sabemos não. E por isso tenho já no prelo outro conjunto de poemas que um dia será mais uma dessas demonstrações de coragem que julgo me acompanhou toda a minha vida. Agradeço mais uma vez a vossa amiga presença.

Termino dedicando este meu livro a minha mulher.
Grande mulher, Grande professora. Grande Mãe.
Grande companheira dedicada de uma vida inteira.

E para terminar permitam-me uma homenagem pessoal a todos os que um dia partiram lendo um poema do meu livro «Geração» que acaba de ser selecionado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra para uma próxima Antologia de poesia de guerra.

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

APRESENTAÇÃO DO LIVRO «GOTAS DE VIDA», DO CORONEL CAMELO, NO MUSEU DO COMBATENTE

10 de março de 2011

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Minhas Senhoras e meus Senhores

Quando há dias um amigo e camarada nosso me pediu uma introdução para um livro seu, que irá ser publicado dentro em breve, eu comecei o exórdio de uma forma que me apetece aqui repetir. Dizia eu: *Portugal. Pequena palavra sem igual. É verdade que encerra em si uma história. Aprendamo-la. Mas ao aprendê-la mal suspeitávamos que seríamos participantes ativos na construção dessa mesma história. Por mais ou menos tempo dos nossos dias nós fomos cidadãos fardados. E as rugas históricas e humanas deste nosso país ficaram sempre muito mais marcadas quando elas foram escritas com o esforço hercúleo de portugueses que, de armas na mão, defenderam os seus valores e interesses vitais. Quantas vezes vitoriosos quantas vezes derrotados. Mas sempre portugueses de pé.*

Vem isto a propósito de vos pedir permissão para uma introdução à introdução do Livro do meu camarada e amigo Manuel Caramelo. Sou General português. Como tal vos cumprimento e saúdo. Faço-o de pé, tal como farei a apresentação do livro do meu amigo Caramelo. De pé, tal como os generais portugueses fazem hoje e fizeram, quando jovens se bateram em África, enquanto embaixadores, de países amigos, os atraíam apoiando com material bélico, os nossos opositores de então. E aí sim, tenho a certeza de que os embaixadores o faziam sentados, tal como certamente o fez, um embaixador dum país amigo em 2009.

Algumas coisas mais poderia dizer sobre embaixadores sentados que conheci em funções que desempenhei, mas fico-me por aqui, repudiando a *raw information* porque nem de mísera *raw intelligence* se trata, que aquele senhor entendeu produzir, em proveito do seu país.

Minhas senhoras e meus senhores

O Coronel Manuel Jorge Caramelo, meu amigo e camarada de curso da Escola do Exército, acaba de escrever um livro a que deu o título de «Gotas de Vida». É um livro que o senhor embaixador americano em Lisboa no ano de 2009, deveria ler de pé.

Conhecendo o Homem e conhecendo o livro onde ele condensa a sua vida permito-me afirmar que a leitura do mesmo se transforma rapidamente no retrato de um homem e no caudal de uma vida. Li e reli o livro. Se no prefácio eu afirmei que a obra é de facto um testemunho de vida onde se revelam tempos e espaços bem distintos e sucessivos. Um primeiro tempo de “rapazito” em espaço rural do Portugal “profundíssimo”.

Um segundo tempo, do militar dos quadros permanentes das Forças Armadas, num espaço global. Finalmente, um terceiro tempo do cidadão reformado, em espaço nacional.

Hoje acrescento que ele é cimentado e retocado por vivências e pode ser lido:

- Respirando o “cotim” da GNR que seu pai serviu e que ele nunca mais deixou de prosseguir e servir sempre que para isso teve oportunidade;

- Respirando o capim de África que ele e a sua geração se habituaram a ver e rever no cumprimento do seu dever;
- Respirando o frenesim da instrução e do comando e direção, quer de educação física quer de operações especiais;
- Respirando o jasmim delicioso de uma vida em família que roçou a dureza e as dificuldades impostas por uma guerra em África;
- E, a terminar, respirando o fim de uma carreira que ainda não terminou e ainda há dias se manifestava em carta ao jornal Expresso para criticar as aleivosias de um embaixador.

Em todos estes espaços e tempos o autor revela-se sucessivamente um verdadeiro retratista, um pintor e um poeta e acrescento hoje, fá-lo com a modéstia, a simplicidade, a sinceridade e o realismo de um beirão.

Sobre o “Cotim” que marca uma vida

Primeiro agarrado às calças da GNR, de seu pai e depois às suas próprias, pois o destino instintivo da juventude o levaria a servir ali mais do que uma vez. A leitura da sua escrita, neste primeiro tempo de vida, transporta-nos ansiosa e curiosamente para os factos, revelando um pormenor de descrição e frescura que nos cativa. Sublinho a imagem de uma mãe simples insuperável no apoio ao “rapazito”.

De uma mãe coragem. Sublinho a forma com descreve a sua infância e, repito, o respirar do cheiro do “cotim” da GNR que seu pai usava. Revela-nos ele um verdadeiro retrato de uma sociedade rural e serrana do interior do país, nos anos quarenta do século passado. Neste espaço o herói, como afirmo no prefácio não nos surge da figura principal, o “rapazito”. Os verdadeiros heróis ressaltam do pai, da mãe e da “jovem professora”. Os primeiros, sacrificando-se totalmente para encontrar os meios. A professora, surge ela como descobridora de talentos e da forma como os apoiar. A descrição é abrangente do meio social em que se desenvolve e das dificuldades gritantes em meios económicos e financeiros, transportes, comunicações, saneamento, tudo abrilhantado por uma visão juvenil e sempre atenta e curiosa sobre o sexo oposto!...

A forma natural e deliciosa como se refere a situações que poderiam ser indelicadas se não fossem simples e naturais. É tudo muito claro e fácil de entender como se estivéssemos a viver hoje, o que foi vivido há sessenta anos. Um verdadeiro retrato social do Portugal profundo dos anos quarenta. A dor, o sacrifício, as dificuldades não são do “rapazito”. Ele aparece vitorioso, como peça especial de um jogo responsável que “Amélia” e as “Marias” ajudam a minimizar e suavizar. É um tempo limitado e um espaço limitado (Trancoso e Guarda) mas muito intenso e muito duro para os atores. Descrito não como gotas, mas como um caudal da vida diária de uma família e de uma escola que é um verdadeiro retrato do que eram então muitas famílias e muitas escolas do interior do país.

Com o “Capim” e o seu cheiro impregnado numa geração

A estrutura do segundo tempo e espaço em que a obra revela o militar do quadro permanente, num espaço global, tem características diferentes. Trata-se de quadros, de cores fortes e térreas, que misturam a monção e o azul do Índico asiático com o vermelho e verde da África tropical, em tempo de guerra. O “CAPIM” e a mata que tanto nos protegem das vistas como nos fustigam e abafam, são uma presença constante, mesmo quando não explicitamente referidos.

Passa dos “Caramelos do BEMBE” aos homens de ZALA e BELAVISTA em comissões diferentes. O caudal transforma-se em episódios de uma vida dura de conflitos e guerras. Tanto mais se apreciam as descrições quando se conhece e viveu o mesmo ou ambiente semelhante. Sabe dar-se o valor, por exemplo, à operação “Esperança” por ele descrita e realizada nos Dembos. Área onde estivemos 21 meses, quatro anos antes. Nos Dembos não havia população apresentada e a que havia estava toda controlada pelos movimentos emancipalistas. O resultado da Operação Esperança, com a recuperação de 40 elementos da população é um verdadeiro êxito. Estive em ZALA em 1963 onde estava com a sua companhia o nosso camarada de curso já falecido, Oliveira Correia e em que o quartelamento era uma trincheira onde se comia, se dormia e se lutava. Mais tarde foi ocupada pela sede de um Batalhão e até ali foi construída uma igreja. O ambiente em redor, porém manteve-se sempre difícil. Refiro isto para enaltecer os resultados obtidos pelo Caramelo naquela área dos Dembos.

O “rapazito” passara rapidamente a adulto, pois após a Escola do Exército, logo apareceu na Índia e rapidamente duas vezes em Angola e mais tarde em Moçambique. De realçar ainda que, nestes quadros, e mais uma vez, o herói do livro não surge através do ator principal, o militar. Surgem esses heróis materializados nos seus homens e muito especialmente a partir de certa altura, através da presença e sacrifício permanente de sua mulher e de seus filhos. Como é complicado e ao mesmo tempo delicioso ler e reler a prosa e os poemas onde Zala, Vila Pimpa, Bela Vista, Nambuanguongo e outras paragens dos Dembos são referidos. À memória vêm-nos os momentos difíceis também vividos na mesma área anos antes (1963/64).

Quatro comissões militares do autor da obra, em situações difíceis, de comando e de conflito são, por si mesmas, um crédito de competência e experiência como líder e como homem. Uma vez oficial superior, Coronel responsável e Comandante de uma unidade de elite o CIOE, revela-nos, agora já num espaço continental, um momento final que ele mesmo nos testemunha não aceitar ou pelo menos não compreender. Como afirmo no prefácio, para ele a subida dos Himalaias havia durado uma vida inteira e agora com o cume à vista, com confiança, com forças e com produtos pessoais disponíveis sentia-se capaz de chegar ao topo.

As condições subjetivas de um ambiente duro e implacável não o permitiram. A revolução havia sido dura para ele, mas a sua não ida ao curso superior de comando e direção marcaria uma inflexão brutal na sua forma de pensar. A rotura foi a decisão tomada. A passagem do ativo diretamente à reforma, a forma encontrada para a expressar. A intervenção pública acutilante a via usada. O fim de um percurso. O início da tentativa da demonstração de uma capacidade superior que a instituição que sentiu ter servido de alma e coração, acabava de lhe não reconhecer para atingir o generalato. Acabaria por ficar conosco até hoje, um Coronel de pé. Tratou-se de um tempo alargado de cerca de trinta e cinco anos passados como verdadeiro cidadão do mundo, num espaço global, ao serviço do seu país que lhe exigiu que pegasse em armas para o defender, o que fez no cumprimento do juramento que havia feito.

Do frenesim da instrução, direção e comando, à não passividade na reforma

As “Gotas da Vida” como disponibilidade para o pensamento, a lúcida expressão de conceitos e crítica surgem finalmente, quanto a nós, neste terceiro tempo e em espaço nacional. A vida não se reforma. Morre quando tem que morrer. Um tempo e um espaço que ainda hoje perduram. O tempo do Cidadão Reformado. Um tempo de libertação e um espaço de contestação e revolta. Gotas avulsas de uma tempestade bem forte de sentimentos e amarguras.

Um tempo acutilante e de revolta intelectual que parece tudo querer destruir para construir de novo. Um espaço de afirmação e frontalidade que transforma o militar puro no militar político. No cidadão que entra pelo seu país dentro e pelas suas Forças Armadas dentro e revela os seus conceitos, capazes de revolucionar a arte e ciência, bases da escola secular militar que o formara. Os seus textos revelam coragem, sentido prospetivo e são de índole variada. Importante é na sua maior parte deles, analisar a relação entre os conceitos e o momento em que foram escritos, e concluir pela força, ou não da razão. E regra geral a sua razão tem força. Ele passa pela:

Marcos, marcha que mata
Pelos recursos, o marketing e a organização militar
Pelo serviço militar, brincar aos soldados
Pelo aproveitamento dos coronéis
Era uma vez um coronel arguido
Não acredito senhor ministro
As Forças Armadas como macro-escola
Democraticidade e responsabilização com sinal menos
Tropa q.b.
Polícia, polícias, militares
Portugal está de luto
E o luto continua
No mínimo intrigante
Forças Armadas valerá “o Pena”?
Serviço militar à borla!
O monopólio da Pátria
Ódios éticas retrocessos
Revisão constitucional
Defesa Nacional
Senhor padre seja comedido
Editorial frontal,

São temas tratados que constituem as verdadeiras artérias do livro.

O cidadão reformado encontra ainda na poesia a forma mais eficaz de se tranquilizar e de continuar a expressar o que lhe vai na alma e o que viveu como militar e com os seus militares. A poesia toma então no final do livro o seu lugar de síntese de sentimentos do militar que sempre foi e que a prosa e a revolta, por mais libertação e “ego” que revelassem, não destruíram.

As opções, os conceitos e os conselhos que atravessam a obra neste tempo do cidadão reformado, são tão inovadores e prospetivos como controversos e por isso ricos como motores e motivadores de discussão e de luz. Enfim, o livro do Coronel Jorge Caramelo mostra o militar competente e o cidadão responsável que não abdicou de expressar o que pensava, por vezes contra tudo e contra todos e que encontra no Retrato, na Pintura e na Poesia, os refúgios do militar e do cidadão. Utiliza uma prosa dura e direta de intervenção pública, com o apoio de uma família exemplar, para trazer a público as dificuldades da juventude, os sucessos e as incompreensões de uma vida militar e a expressão do que entende ser um serviço prestado ao país ao expressar as suas opiniões relativamente aos assuntos de Defesa e Segurança.

Embora tenha abordado esta apresentação na ótica do cotim, do capim, do frenesim e do fim de uma carreira, quero sublinhar a ótica que vos trouxe no prefácio onde é explícita a vertente

verdadeira do “estudante e do retratista”, do “Militar e do pintor” e do “cidadão reformado interventor e do poeta”. No final não resistiu e deu uma pincelada à vida real atual e em quatro páginas aponta, regista, propõe, dando voz aos que a não têm. Não termino esta minha intervenção sem que diga um seu poema:

SONETO DOS QUARENTA

*Toda a noite caminhámos sem parar
Refrescados por cacimbo penetrante
Alumiados pela lua minguante
No silêncio dos bichos e das fardas a roçar*

*O capim alto. Caminhos encruzilhados
Labirinto de uma Angola ensanguentada
Por terras que dariam mais que nada
Aos povos que viviam humilhados*

*O nome de código era Esperança
A vontade era ajudar a entender
Que estavam perto os ventos da mudança*

*Quarenta aceitaram vir viver
Transportados ao dorso em segurança
Puderam finalmente escolher.*

Finalmente permitam-me que diga um poema meu dedicado neste momento ao Caramelo e que consta do meu livro recentemente publicado «Há sempre um vapor acostado ao cais»:

O TEU LIVRO

*Como é forte o sentimento
De ter posse e ter prazer
Olhar pela montra dentro
Ver um amor. Não o ter*

*Foi só teu na solidão
Da escrita e do papel
Hoje é da multidão
Deixou de te ser fiel*

*Concebido, Parido a sós
Esperma do pensamento
Deixou-se iludir por vós
Não é teu. Já é do tempo*

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

DIA NACIONAL DO COMBATENTE, BATALHA

9 de abril de 2011

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional Excelência

Aceite os agradecimentos dos combatentes e suas famílias por se dignar estar hoje connosco, num dia de significado histórico e marcado por uma tradição evocativa, de quase dez décadas.

Aceite igualmente os nossos agradecimentos pela atenção e permanente demonstração de compreensão e respeito, pelas causas dos combatentes e da Liga dos Combatentes em particular, que é de toda a justiça publicamente testemunhar. Estando connosco em todos os momentos importantes, sempre que para isso foi solicitado, ouvimos sempre de V. Exa. quer publicamente quer em privado, uma inteligente e lúcida palavra de incitamento e reconhecimento, garantindo em período difícil, os apoios possíveis.

Uma referência muito especial para o Professor Doutor Eduardo Lourenço. Convidado para estar connosco hoje, para proferir a tradicional oração junto do túmulo do soldado desconhecido, fê-lo afirmativamente de uma forma cativante, agradável e simples, tendo-se deslocado propositadamente para o efeito, vindo de Paris. Ao menino da Luz, ao imérito professor e pensador do nosso tempo, o profundo agradecimento dos combatentes.

Os nossos respetos a sua Excelência Reverendíssima o Bispo das Forças Armadas e de Segurança D, Januário Torgal Ferreira por mais uma vez, e já o faz pela décima oitava vez, estar connosco no dia do Combatente.

Exmos. Senhores

Está mais uma vez connosco nesta cerimónia. Hoje pela primeira vez nas atuais funções pelo que os combatentes lhe agradecem e o felicitam.

Agradecemos igualmente aos Exmo. Senhor Chefe de Estado-maior do Exército por se dignar comparecer mais uma vez neste dia de tradição e história e ao Senhor Almirante Chefe de Estado-maior da Armada, Chefe de Estado Maior da Força Aérea e Comandante Geral da GNR, que estão connosco pela primeira vez, nas atuais funções, os desejos das maiores felicidades e agradecimentos dos combatentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores
Combatentes

Evocamos hoje o esforço da Nação portuguesa e das suas Forças Armadas, na defesa dos interesses considerados politicamente vitais de Portugal, ao longo do século vinte.

Vimos mais uma vez à Batalha e ao túmulo do Soldado Desconhecido, evocando o 93.º aniversário do nove de abril de 1918. Como sempre, recordando o contributo do nosso país para, no início desse século, conseguir a Paz na Europa.

Mas este ano, importa sobretudo sublinhar duas efemérides igualmente históricas e com ele relacionadas:

- Os 75 anos que se perfazem hoje da colocação na sala do capítulo do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, dos corpos de dois soldados desconhecidos.
- Os 50 anos que, no corrente ano se perfazem do início dos acontecimentos em Angola, e do sacrifício pedido à Nação portuguesa e aos seus militares, do quadro, milicianos e do serviço militar obrigatório, de terra, mar e ar, durante cerca de catorze anos e relacioná-lo, com o esforço feito em África, em Angola e Moçambique, nos anos de 1914 a 1918.

Há precisamente 75 anos um cortejo Presidencial, saído de Lisboa, com todas as honras, cumpria decisão tomada de colocar neste espaço, símbolo de independência nacional, com o assentimento de todo o povo português, os corpos de dois Soldados Desconhecidos. Um Caído na Flandres, outro caído em Moçambique.

Desses, de cujo nome não reza a história. Desses, que representam miríades de portugueses desconhecidos que construíram Portugal. Desses, que se misturam com o azeite oliva, as cearas dos campos, as bigornas dos fornos ou as secretárias dos serviços e foram, são ou poderão vir a ser Soldados de Portugal. Um dia foi-lhes pedido que trocassem o arado, a bigorna ou a caneta por uma arma e defendessem valores e interesses no momento considerados vitais do país. É por eles e pelos valores da Pátria por que se bateram que a Liga dos Combatentes aqui vem há 75 anos. É por eles e pelos valores da Pátria por que se bateram que evocamos o 93º aniversário da Batalha de La Lys.

Mas no corrente como já afirmei decorre o 50 aniversário do início da guerra em África e também a queda da Índia. Mais uma vez, queremos a evocar o 4 de fevereiro e 15 de Março de 1961 em Angola. Será momento para sublinhar mais uma vez este recente esforço em África e relacioná-lo com o esforço igualmente realizado durante I GG neste espaço geográfico.

A Liga dos Combatentes e as Associações dos Combatentes, com núcleos duros de cidadãos que, sobre os acontecimentos mais recentes referidos, falam ainda na primeira pessoa, não esquecem e por isso o testemunham, na certeza que estão interpretando não só o sentimento dos seus membros, mas também o sentir de todo o Portugal profundíssimo.

A Evocação de hoje engloba sobretudo a homenagem sentida a todos os vivos, a todos os mortos e a todas as vítimas envolvidas nessas guerras em África, no século XX.

Temos a dimensão ética, democrática e humana para hoje, nessa homenagem, invocarmos vencedores e vencidos, amigos e adversários de então, num conceito de partilha de memória que nos engrandece e nos permite aceitar, com honra, de cabeça erguida, tudo quanto fizeram os nossos antepassados e tudo quanto fez a nossa geração, na defesa e ao serviço de Portugal.

Respeitemo-nos a nós próprios e saberemos respeitar e compreender o nosso inimigo de então. A História é muitas vezes cruel para com aqueles que se bateram e benévola para com aqueles que os mandaram bater-se. Diz-nos a História universal que a política pode perder uma guerra, mas a responsabilidade última desse resultado, recai sempre sobre os militares. O mesmo nos diz a História recente de Portugal.

Na preparação militar para a IGG, as Forças Armadas fizeram o chamado “milagre de Tancos”, na preparação da reação militar aos acontecimentos de Angola fizeram o chamado “milagre para

Angola rapidamente e em força” e nesse mesmo ano, foi-lhes determinado que fizessem o impossível e desumano “milagre da Índia”.

Todos, com as responsabilidades políticas conhecidas.

Todos, com as consequências militares e civis por estes sentidas.

Nos finais do século dezanove e princípios do século vinte a comunidade internacional desenhava os grandes conceitos políticos relativamente a África e estabelecia que os países europeus, nomeadamente Portugal, ou ocupavam os territórios de Angola e Moçambique ou perdiam a soberania que sobre eles exerciam havia séculos.

Ou seja: ou ocupavam ou abandonavam.

Paradoxalmente, cinquenta anos depois, a mesma comunidade internacional defendia outras regras políticas, que em síntese se resumiam: quem ocupa tem que abandonar.

E quem sofreu com estas sinusoidais políticas internacionais? Os portugueses do século XX e os seus soldados.

Na I GG, ocupando e defendendo no espírito da conferência de Berlim, as fronteiras desses territórios contra um invasor europeu. As condições desumanas e heroicas em que os portugueses se bateram, as pesadas baixas sofridas em combate e por doença e os resultados positivos obtidos, garantindo as fronteiras que ainda hoje demarcam Moçambique, têm sido pouco assinaladas, merecendo ainda hoje investigação, aprofundado estudo e informação da juventude e do povo português.

A IGG para os portugueses não decorreu apenas na Flandres, foi também sangrenta, nas terras do Rovuma e do Niassa e noutras paragens africanas. Cinquenta anos depois, a mesma comunidade internacional impunha-nos agora que desocupássemos e por isso foi politicamente decidido que voltássemos a ter que fazer a guerra.

Quem ler as descrições das operações em Moçambique, nos confrontos com o exército alemão, e se interrogar hoje sobre o que é heroicidade, inspire-se nos feitos então praticados pelos soldados portugueses, para que as fronteiras de Moçambique se mantivessem e acabassem por serem hoje, a realidade de um jovem país.

Em condições infra-humanas conduziram uma campanha de que pouco se fala, mas onde se pediram e praticaram esforços sobre-humanos. Por outro lado, quem ler e analisar, sem sofismas, os conceitos e objetivos da Estratégia Geral Militar e da Estratégia Operacional conduzidas durante a Guerra do Ultramar 1961/1974 e se debruçar sobre as operações conduzidas, imediatamente reconhecerá, como já reconheceram escritores estrangeiros, como John Cahn, que houve de facto um “modo português de fazer a guerra”.

Esse modo diremos nós, foi um modo que empregou a violência contra a violência, quando necessário, mas em que o objetivo permanente e fundamental, daquelas estratégias, foi sempre a proteção e conquista das populações, contendo e limitando os espaços de guerrilha e, por outro lado, lutando pelo desenvolvimento desses territórios e apoio das suas populações.

É esse, ainda hoje, o sentimento do cidadão africano que conheceu o soldado português. Recordo a diretiva de um comandante-chefe de então, o General Costa Gomes que determinava: “A guerra deve ser conduzida da forma mais humana possível”.

Os que como nós lá estivemos sabemos que foi assim. Que os militares portugueses interpretaram o modo português de fazer a guerra, adotando uma estratégia operacional de apoio às populações que os deve orgulhar. Sabem também, que sem terem que adjetivar a guerra, ela foi e teve afinal, os ingredientes de uma verdadeira guerra de guerrilhas, uma das últimas fases do processo que então se chamava de subversão e que alimentou todos os processos de descolonização. Sofreram-na os militares, como a sofreram as populações que defenderam.

Cidadãos fardados bateram-se às ordens seu país. Os mesmos devem, pois, ser apresentados à juventude de hoje, nas escolas e nas universidades, não como “aqueles que fizeram uma guerra colonial injusta”, mas como aqueles que, tendo que fazer uma guerra, determinada pelo poder político então vigente, a fizeram no respeito dos princípios constitucionais do Portugal de então, da forma mais humana possível e que garantiram ao poder político, que a decidiu fazer, o tempo estratégico mais que suficiente, para a sua solução por outros meios. Solução que nunca chegou.

A saturação e esgotamento desse tempo estratégico, conseguido pelos militares, mais que suficiente para a resolução do problema político, conduziria ao ponto de terem de ser eles próprios, cidadãos fardados, a terem que terminar com a guerra, dando ao país o 25 de Abril.

Homenageemos, pois, hoje aqueles que, no cumprimento de um dever militar, se bateram fazendo a guerra ou acabando com ela e estão vivos. Homenageemos aqueles que se bateram no cumprimento de um dever militar e estão mortos. Homenageemos todos aqueles que sofreram a guerra e dela foram vítimas, vendo as suas vidas traumatizadas, afetadas ou destruídas ou os seus bens danificados ou perdidos.

Respeitemos, com verdadeiro espírito de tolerância e de partilha de memória os que em África, contra nós se bateram e as suas vítimas. Mas também hoje aqui devemos evocar o 50.º aniversário da queda do Estado Português da Índia, em dezembro de 1961, e homenagear os que ali caíram ou ali foram feitos prisioneiros. Mais uma vez os cidadãos fardados foram utilizados de forma menos correta e sem lhes terem sido postos à disposição os meios mínimos para lhes ser exigida a vida, determinando-lhes, o poder político, para se baterem sem condições mínimas para o fazerem.

Destes acontecimentos, vividos ao longo do século vinte, muito se tem escrito, mas importa que se estude e investigue bastante mais, de forma isenta, sobretudo com o objetivo da aprendizagem de lições da História, que sirvam de lições aprendidas para decisões futuras. Sobretudo decisões ao nível político que envolvam a complexa opção de fazer ou não fazer a guerra. De participar ou não participar. De garantir ou não garantir os meios para que isso seja possível. De se tomarem ou não tomarem decisões que exijam novos “milagres”.

Daí a sempre imperiosa necessidade de um Conceito Estratégico Nacional escrito e adaptado à nossa realidade e que sirva de obrigatória orientação de decisões políticas em questões de Defesa Nacional e não de documento que imediatamente se esquece e se não cumpre uma vez elaborado. As evocações dos momentos, como os de hoje, que marcam a História dos soldados de um povo, devem servir para isso mesmo. Para que se não repitam os erros da História. Para que se não criem as condições que tornem impossível uma resposta responsável a situações imprevisíveis, mesmo que improváveis.

Em questões de Defesa Nacional só exigindo responsabilidade aos responsáveis, que nos termos da lei, são os definidores das ameaças ao país e aos que por lei as têm que minimizar e resolver, após disporem dos meios adequados para isso, se pode responder adequadamente e tranquilizar quem defendemos. As opiniões públicas e doutrinas de defesa nacional não podem surgir por aproveitamentos particulares de vazios e de oportunidades que este ou aquele observatório possa alimentar ou iludir. Só assim os portugueses poderão continuar a dispor do sentimento de que estarão garantidos dois dos objetivos fundamentais e vitais de qualquer sociedade: A Segurança Nacional e o seu contributo para o Bem-estar.

Minhas senhoras e meus senhores
Combatentes

No 50.º aniversário do ano em que se iniciaram os acontecimentos que marcaram as nossas vidas e decidiram uma viragem profunda na História de Portugal, assumamos a História.

Sem a necessidade de a reescrever porque fomos nós que a escrevemos. Evoquemos com honra e com orgulho o esforço da Nação Portuguesa e das suas Forças Armadas, que aqui saudamos, na Guerra do Ultramar. Lastimemos termos tido que fazer uma guerra para atingir objetivos políticos. Partilhemos as memórias e homenageemos todos os vivos, todos os mortos e todas vítimas envolvidas nesses conflitos.

Hoje temos uma certeza. A História de Portugal não nos esquecerá. E os portugueses, a juventude de hoje e de amanhã, encarregar-se-á de ir recordando o que nós, combatentes do século XX, fizemos e continuaremos a fazer pelo nosso país.

Permitam-me que termine dedicando a todos ao que nos deixaram, camaradas de armas ou entes queridos, um poema de Sophia de Mello Anderson que nos diz:

*Nem terror
Nem lágrimas
Nem tempo
Me separarão de ti
Que moras para além do vento*

Vivam os Combatentes por Portugal, Viva Portugal

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

COMEMORAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DA BATALHA DA PRAIA DA VITÓRIA, AÇORES

11 de agosto de 2011

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor Vice-presidente da CM da Praia da Vitória em representação do senhor Presidente da Câmara

Exma. Senhora Presidente da CM de Angra do Heroísmo

Exmo. Senhor General Comandante Operacional dos Açores

Exmo. Senhor comandante da base aérea das Lages

Exmo. Senhor Comandante do Regimento de Guarnição N.º 1

Exmo. Senhor Diretor dos Serviços dos Bens Culturais e de Ação Cultural em representação do Senhor Diretor Regional da Cultura Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz Ilustres entidades civis, militares e religiosas

Minhas senhoras e meus senhores

Combatentes

Foi ontem. Decorreram apenas 182 anos. No dia em que se comemora um feito de armas nos Açores, de Angra do Heroísmo à Praia da Vitória, assinalamos por outro lado, algo que desejamos se não repita. O uso das armas para a resolução de problemas e desentendimentos internos.

No caso concreto, na sequência de ameaças e agressões externas que nos conduziram à dupla situação de quase colónia brasileira e protetorado britânico.

Ao pronunciarmos, porém, o nome das principais cidades da Ilha Terceira encontramos associados a ela, o Heroísmo e a Vitória.

Comportamentos humanos de relevo e vitoriosos, que caracterizam e incentivam a gente dos Açores e que foram decisivos na História de Portugal.

Para nós, Combatentes, que conhecemos e passámos por momentos de confrontação violenta que exigiram sacrifícios e vidas, com honra partilhamos memórias e partilhamos e assumimos a História, seja ela um repositório de vitórias ou de derrotas e contradições.

Assumida a História e partilhando as memórias reconhecendo o que errado foi feito, é possível encetar ações de desenvolvimento, de progresso e, de paz. Como presidente da Liga dos Combatentes, integradora de 93 núcleos espalhados pelo país e pelo estrangeiro, com dezenas e dezenas de milhares de associados e mais de cinco centenas de dirigentes, todos voluntários, é com muito prazer e honra que aqui os represento e afirmo a nossa permanente postura de honrar aqueles que caíram e lutar pela dignidade daqueles que vivem.

E como um dos nossos objetivos estatutários é a promoção da História e dos símbolos nacionais, promovendo a Cultura, foi com redobrado interesse que a Liga dos Combatentes assumiu a responsabilidade do Forte de Santa Catarina, edificado no Séc. XVI, conforme o plano de defesa da ilha, por Tomaz Benedito, e que teve na data de 11 de Agosto de 1829, que hoje comemoramos, importância decisiva no desenrolar dos acontecimentos, constituindo-se pelo seu porte e localização estratégica, na primeira linha defensiva da baía, ao cruzar fogos com o Forte de S. José.

Demos-lhe vida e queremos que continue a ser um lugar de cultura, um lugar de Combatentes, onde os combatentes assinalem os eventos mais significativos e possam conviver.

Um agradecimento a todas as entidades civis, em especial aos senhores presidentes das câmaras que apoiam o Núcleo de Angra do Heroísmo/Praia da Vitória e apoiaram esta cerimónia e às mais Altas Entidades militares que aqui representam a Marinha, o Exército e a Força Aérea, nas pessoas do senhor Comandante do Comando Operacional dos Açores, senhor comandante da Base Aérea N.º 4 e comandante do Regimento de Guarnição N.º 1

O nosso sincero muito obrigado pelo apoio de hoje e de sempre. Quando se evocam os 50 anos do início dos acontecimentos em Angola e igualmente os 50 anos da queda de Goa Damão e Diu, evocamos o esforço da Nação portuguesa e das suas Forças Armadas num conflito que politicamente se deixou arrastar por catorze anos.

Evocamo-lo com o sentimento da honra e do dever, mas sobretudo, evocamos esse período, curvando-nos perante os que caíram e continuando a luta pela dignidade dos que ficaram prisioneiros, dos que sofreram a deficiência física ou mental, bem como daqueles que tendo cumprido o seu dever na guerra, a vida futura não lhes sorriu. Como já alguém escreveu, juntaram-se aos que "há séculos participam na aventura coletiva de serem portugueses e de construir Portugal, colocados num momento dramático das suas vidas, por uma força exterior, que desconhecem, mas que dispõe deles"⁽¹⁾.

A Liga dos Combatentes não os esqueceu, não os esquece e não os esquecerá. Por isso gritamos com honra o nosso lema: Liga dos Combatentes Valores Permanentes, Liga dos Combatentes em todas as frentes.

⁽¹⁾ In Prefácio de Carlos Matos Gomes, no Livro *Coragem e Amizade*

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

CERIMÓNIA DE CONDECORAÇÃO DE 50 COMBATENTES NA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

2 de outubro de 2011

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Caros Combatentes,

Nesta sala, alegre e moderna, com pouco espaço, cabe hoje Portugal inteiro. Portugal dum passado recente, cuja imagem passou durante minutos, nesta cerimónia, mas também o Portugal de hoje. Está ali fardado, o mesmo fato camuflado vestido, estabelecendo essa união entre o Portugal nobre e o Portugal de hoje. Está ali de pé...

A população, a família que os viu partir, alguns jovens que hoje, talvez por pouca informação, não sabem que o País esteve catorze anos de guerra e que a guerra é muito pior do que a crise. As guerras vencem-se com guerra, as crises passam.

Nós somos uma instituição quase com um século de existência que passou por guerras sucessivas. A Primeira Grande Guerra, a Segunda Grande Guerra, onde tivemos tropas expedicionárias e mortos, fora do Continente. A Guerra do Ultramar e Portugueses como aqueles que estão ali fardados estão hoje no Afeganistão, no Kosovo, na Bósnia, na Somália, em Timor em Angola. Hoje Portugal está aqui inteiro nesta pequena sala. Falta aqui, onde estão autoridades que mais de perto estão junto das populações, que conhecem os seus anseios os seus autarcas que marcam normalmente a presença nestas cerimónias, pelo País inteiro e onde, eu sou testemunha ocular, falta aqui, como normalmente falta e, por isso nós insistimos Liga dos Combatentes e não dos ex-combatentes. Liga dos Combatentes, porque para além duma condição, ser Combatente é um estado de espírito. O que falta aqui! É algo de abstrato, mas que nos condiciona a vida. O Estado, falta aqui o Estado, porque Portugal está cá... Esse Estado, que por vezes aplaude os seus cidadãos à partida e esquece-se daqueles que se bateram e o defenderam, à chegada e, durante muitos anos... Já repararam ou sentiram que colocámos cinquenta medalhas no peito de Combatentes, cinquenta anos depois de eles a terem conquistado?! – Porque esta medalha anda no peito deles, há quarenta, cinquenta anos! Quem se esqueceu? Não foi Portugal, não foram os pais e as mães, os filhos... Foi o Estado! E portanto, a Liga dos Combatentes quando faz cerimónias destas e esta é altamente significativa porque eu, reconhecendo esta ação do Presidente do Núcleo de Oliveira do Bairro, que juntou cinquenta combatentes numa cerimónia destas!... e porque, fazendo cerimónias deste tipo, temos orgulho de pertencermos à Liga dos Combatentes.

Temos orgulho do nosso grito, de valores permanentes em todas as frentes. O que é que estamos a fazer aqui hoje? A promoção da história. A Liga dos Combatentes tem dois grandes objetivos: a promoção da história e a defesa dos símbolos, a Honra aos mortos. Também os que combateram por Portugal ouviram o toque de silêncio e ouviram a alvorada da esperança no Futuro?! É isso que move os Combatentes, é isso que move as Forças Armadas Portuguesas. Forças Armadas Portuguesas constituídas por cidadãos fardados, não é nada de abstrato, nem algo que não pertença ao País, ou que se critica por haver de mais ou de menos. As Forças Armadas são o último esteio da Nação Portuguesa que não merecem ser atacadas, que sabem muito bem como se reorganizam e se conduzem devem ser exemplo e são exemplo para o País. Desde o 25 de Abril que, de duzentos e cinquenta mil está em trinta e cinco mil! Dêem-nos exemplo de organizações do Estado em que esta reorganização permanente tenha acontecido?! Não são as Forças Armadas que gastam dinheiro a Portugal... As Forças Armadas são um investimento na nossa segurança e

na nossa maneira de estar no Mundo. Não devem por isso ser sujeitas a qualquer tipo de ataque. Quando atacamos as Forças Armadas, estamos a atacar estes, que receberam a Medalha, estamos a atacar aqueles que estão fardados e juraram bandeira e juraram defender Portugal. Uns fizeram-no, outros juraram fazê-lo E fá-lo-ão, se necessário for.

Este conjunto de valores que esta cerimónia encerra, hoje deixemos de parte a solidariedade que é o nosso braço da nossa luta permanente, para com a necessidade de apoio aqueles que mais precisam; aos excluídos, aos doentes físicos, aos doentes mentais, aos sem-abrigo, aos alcoólicos, aos drogados, esse é outro objetivo profundo da Liga dos Combatentes. Mas hoje estamos aqui promovendo o sentimento profundo de Amor à Pátria. Eu repito aquilo que disse há dias numa entrevista pública: Miguel Torga dizia: “Essa Pátria é um pedaço de terra defendido, nacional, que vive impulsionado mais por valores morais do que por interesses materiais”. Portanto o que estamos a fazer aqui hoje é a promoção da nossa história, da garantia de sermos, ainda hoje capazes de defender, controlar, vigiar, aquilo que for necessário ao serviço do País.

Cerimónias como estas, só nos alimentam a razão de ser, o orgulho que temos em podermos pertencer a esta Instituição que nunca esqueceu, não esquece nem esquecerá aqueles que juraram, um dia, bater-se pelo seu País. Uns, infelizmente, tiveram a oportunidade de o fazer, regressando mais homens e mais fortes, outros deficientes e outros dando a própria vida... Orgulhamo-nos por ter cumprido esse dever... Para nós, Combatentes, para aqueles que, um dia, tiveram a desdita de ter pegado numa arma para fazer fogo, sentimos que devemos ser considerados cidadãos diferentes. Todos temos os mesmos direitos e deveres, mas o Estado quando nos meteu uma arma na mão e nos escolheu, tornou-nos diferentes dos outros cidadãos. Não se podem esquecer esses cidadãos, porque eles são diferentes dos outros enquanto forem vivos e continuarão a ser diferentes dos outros, depois de mortos. Porque foram os melhores a defender o País e, portanto, o Estado que tem obrigações especiais, tem de ter um reconhecimento especial para com esses cidadãos. Não pode deitar para debaixo da mesa a história e nós, nós, Combatentes, nós, família dos Combatentes, nós que sentimos, por as nossas mulheres e por as nossas mães, poderemos voltar a batermo-nos, Lutaremos em permanência para que os Combatentes, tenham os direitos e o apoio que merecem, dentro da linha de que devem cumprir os deveres que têm para com o País, mesmo depois de terem deixado a farda.

Senhor Presidente da Câmara,

Felicito-o por esta cerimónia. Também a Liga dos Combatentes está reconhecida a Oliveira do Bairro por tudo aquilo que fez. Por o simbolismo que aqui hoje vivemos.

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

LANÇAMENTO DO LIVRO CRUZES DE GUERRA, DE HENRIQUE PEDRO

9 de outubro de 2011

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Começamos por apresentar o autor: - Engenheiro, matemático, militar, combatente, cidadão de abril, poeta e escritor. Personalidade multifacetada que temos hoje connosco, nascida na Terra Quente Transmontana, lapidada por uma experiência global da vida, que volta às terras de origem e aí transmite em poesia e prosa a sua experiência de vida. Estuda em Chaves, passa à Academia Militar e à Faculdade de Ciências de Lisboa, para ser bacharel em Matemática e licenciado em Engenharia Geográfica. Mas será a sua condição de militar e a comissão em Moçambique, em 1973, que o inspira para o livro que nos trás aqui hoje. Num dia em que evocamos o fim de duas guerras em que os militares portugueses foram envolvidos e conseqüentemente o esforço da nação portuguesa e das suas Forças Armadas, lançamos um livro intitulado "Cruzes de Guerra".

Nada mais oportuno, sobretudo quando o próprio autor, Eng.º Henrique Pedro, na primeira página do livro escreve "Aos que lá ficaram". São de facto esses os que merecem os primeiros pensamentos e homenagens dos que com eles lutaram lado a lado. Depois pensou nos vivos e de entre eles entendeu distinguir aqueles que mais se distinguiram logo no título do seu livro: "Cruzes de Guerra". Para quem como nós Liga dos Combatentes usa na lapela do casaco, a cruz de guerra e a cruz de Cristo, símbolos da coragem, da abnegação e do sacrifício, é um sentimento que nos reconforta. Deparamos depois com uma advertência do autor. "Este livro é uma ficção! Tudo é verdade neste livro", mas alerta que o leitor melhor saberá separar o sonho da realidade e procurar a verdade. Decide então optar por escrever um romance do fim do império com base em factos da guerra reais, com análises concretas de informações estratégicas, a que alguns dão relevo e outros menosprezam, adoçados, por um lado, pelo amor sempre presente no ser humano, por outro lado, pela procura da verdade religiosa por parte desse mesmo ser humano, qualquer que seja a cor da pele ou o lugar onde se encontre. Permitam-me que recorra ao próprio prefácio que o autor me solicitou para mais claramente vos transmitir o que tocou nesta obra.

Dizia eu:

EXÓRDIO

Cruzes de Guerra não é o romance de uma vida. Nem tão pouco de algumas vidas. Nele "tudo é ficção". Nele "tudo é verdade". Cruzes de Guerra é um retrato de milhares e milhares de vidas. Milhares e milhares de vidas portuguesas que, nascidas neste canto da Terra, encontraram no Mundo e nas suas gentes o seu espaço e ambiente naturais, sem esquecerem as suas origens. Quer no império que, "cumprido ano após ano, século após século" terminou ontem "encaixotado", quer no império que hoje acreditam poder vir ajudar a construir, de outras formas, nos espaços onde seus avós deixaram a alma da língua portuguesa. Enquanto Presidente de uma Instituição patriótica e humanitária, como a Liga dos Combatentes, cujo símbolo é a Cruz de Cristo sobre a qual se implanta a Cruz de Guerra, símbolo que orgulhosamente ambos colocamos na lapela de nossos casacos e também como militar, é com satisfação e sentido de responsabilidade que esboço este prefácio. Cruzes de Guerra é um "império de ideias e de afetos" aspirando pelo "império do humanismo e da verdade".

É uma obra que trata e retrata o amor e a guerra. O amor como "energia de retorno ao Absoluto". A mística do amor profundo, como vale a pena ser vivido. A guerra, como algo em que os eventos

dramáticos se sucedem a um ritmo imparável e nos transporta de tranquilos Trás-os-Montes a lugares onde " a História parece um logro, uma vacuidade criminosa" e em que as emboscadas e as minas impedem que "um Exército se possa movimentar livremente", pondo à prova a rusticidade e a generosidade dos soldados de Portugal. A figura dominante é um alferes, depois capitão do exército português agraciado com a cruz de guerra. Um capitão apaixonado, mas que não deixa de cumprir o seu dever. Que se surpreende quando jovem militar o seu comandante coronel lhe determina "- Vá andando, alferes que o seu papel é encerrar a História da Pátria com dignidade. Eu, por mim já fechei a porta da Índia, em Goa, há sete anos atrás. Já cumpro o meu dever". Mais tarde também ele viria a sentir que havia cumprido o seu dever e deixava o Exército, juntando-se nos EUA aos pais do amor que tinha perdido. Henrique Pedro, recria na sua ficção, na sua verdade, personagens e heróis. Heróis que vivem e caem ao serviço do seu país e a quem na guerra coloca como "tábua de salvação" um Cristo branco de marfim como é o caso do capitão Daniel, ou um Cristo de ébano negro imaculado, como o do maconde Pedro Macumbi, ou ainda do Cristo de Dinis de Silves, de pau-rosa. Símbolos de um "desejo-esperança-crença de que algum dia alcançaremos a felicidade plena", talvez quando os "três Cristos se reunirem, transformando-se num Cristo sem cor". "O místico é capaz de aguardar uma vida inteira por aquilo que espera" mas o Homem quer respostas imediatas. Esse por vezes o seu verdadeiro drama. Isto para dizer que na obra de Henrique Pedro, para além das vivências terrestres e humanas, superiormente, suavemente e delicadamente apresentadas, onde se destaca a delicada figura feminina de Evelyn, tão mística como erótica, está sempre presente o espiritual e o religioso numa tripla dimensão, tão bem conhecida das gentes do mundo que foi português. A filosofia, a teologia, o transcendente, a fé, acompanham em Cruzes de Guerra uma verdadeira história de amor que se desenvolve em três continentes, dando às personagens a dimensão do cosmopolitismo do homem português.

A *intelligence* e as relações transatlânticas, sempre presentes, ajudam a clarificar um cenário evidente para muitos, mas não convincente para Portugal de então. É por outro lado um romance dos nossos dias, onde as gerações pós-guerra civil de Espanha e segunda guerra mundial e pós vinte cinco de Abril se situam no espaço e no tempo e se reveem em episódios e transcrições de fenómenos e factos reais das suas próprias vivências africanas. Também eu fui capitão, também eu fiz duas comissões em Angola. Também vi cair camaradas a meu lado. Também me disseram que praticara atos extraordinários, relevantes e distintos em campanha. Também amei profundamente uma mulher que me acompanhou a vida inteira.

Também eu a perdi. Também eu tenho a esperança de voltar a reencontrá-la...Também eu me junto àqueles que "agitados pelos medos e fantasmas em jeito de angústias e revoltas refletimos à beira do mar, ou olhamos o por do Sol, ou nos abrigamos sob um pinheiro frondoso, sentindo ser o Cosmos que nos responde através do bramido das vagas, dos sinais luminosos do Sol ou da sinfonia que a brisa concerta nos ramos e folhagens da copa" na esperança de chegarmos ao diálogo com Alguém que nos resolva medos e fantasmas ou nos traga alguém de volta.

Em Cruzes de Guerra "tudo é ficção", tudo "é verdade". Tudo é esperança. A tranquilidade que se respira na leitura de Cruzes de Guerra, aqui e ali interrompida, por momentos, pela natureza dos factos narrados, mas logo suavizados por uma escrita deliciosa e promotora de valores, valores superiores, faz deste livro um romance que evidenciando uma época da história do país, será um livro de sempre.

Livro que nos põe e deixa a pensar. Que confirma que "todo o pensamento é um diálogo entre nós... e nós". É por isso natural e lógico interrogar-nos, que teria acontecido a Portugal, no âmbito

político, estratégico e prático, se Salazar não tivesse sido um idealista teimoso? Se Marcelo Caetano tivesse sido um governante corajoso? Se Mário Soares não tivesse sido um descolonizador tempestuoso? Talvez a resposta a encontremos hoje em soluções adotadas pelo Reino Unido ou pela França. Os "ventos da História" teriam certamente conduzido os países irmãos à sua independência, provavelmente com menos sacrifícios, guerras civis e golpes de estado, não necessitando hoje Portugal de incentivar ou assistir à fuga de portugueses para espaços de onde, naturalmente, nunca teria sido necessário, terem saído os seus avós.

Não resisto a terminar este meu prefácio com que procuro responder à solicitação que me foi feita por Pedro Henriques e que muito me honra, de uma forma poética, já que o seu livro, Cruzes de Guerra, é um verdadeiro poema:

HERÓIS

*Não, Não navegam no sofrimento
Os que então cumpriram seu dever
De cabeça erguida, sem lamento
São da Pátria Heróis sem o saber.
Vivem!
Vivem mesmo os que morreram
Todos!
Todos os que juntos sofreram
Vivem!
Vivem anónimos e altivos
Entre aqueles que os esqueceram!
Hoje, Grandes Homens ou mendigos
São no Portugal atlântico e europeu
Heróis Pátria mesmo desconhecidos
Heróis com nome que guerra não levou!*

In "Há sempre um vapor acostado ao cais

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

93.º ANIVERSÁRIO DO DIA DO ARMISTÍCIO DA GRANDE GUERRA, 88.º ANIVERSÁRIO DA LIGA DOS COMBATENTES E 37.º ANIVERSÁRIO DO FIM DA GUERRA DO ULTRAMAR

11 de novembro de 2011

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Hoje evocamos dois momentos de paz e comemoramos um momento de nascimento. Nestes momentos, procurando a reflexão e o isolamento do mundo que nos rodeia, é possível, como foi sempre ao longo do último século, a Liga dos Combatentes, quer em tempo de guerra, tempo de paz, ou tempo de crise, trazer à memória de todos, o enaltecimento dos momentos mais significativos da nossa História e testemunhar os momentos que por nós próprios foram e são vividos. Honrando os que caíram, procurando dignificar os que vivem. Dois momentos de Paz que estão na génese da nossa própria existência como Instituição: 11 de novembro de 1918 e 25 de abril de 1974. Evocamos hoje o 93.º aniversário do Armistício e o 37.º Aniversário do fim da Guerra do Ultramar. Um momento de nascimento. O da fundação da Liga dos Combatentes a 16 de outubro de 1923, como instituição patriótica e humanitária, pelo que comemoramos, no ano corrente, o seu 88.º aniversário. Esta evocação de momentos de retomada da paz após um esforço hercúleo da nação portuguesa e das suas Forças Armadas devem pois, conjuntamente com a comemoração do nascimento da Liga dos Combatentes serem evocados como momentos de regozijo.

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional

Em nome de todos os combatentes que aqui represento e do meu próprio como seu Presidente, agradeço a imediata disponibilidade de V.ª Ex.ª para presidir a esta cerimónia, de grande significado para todos nós. Fá-lo pela primeira vez.

Permita, pois, que publicamente lhe transmita, em momento difícil da vida do país, os nossos sinceros votos das maiores felicidades no cumprimento de tão complexa missão em proveito das Forças Armadas, dos Combatentes e de Portugal. A presença de V.ª Ex.ª testemunha a atenção e respeito do governo para com os combatentes em geral e para com a Liga dos Combatentes em particular.

A Liga dos Combatentes agradece a presença de V.ªs Ex.ªs e a permanente compreensão e apoio que lhes concedem.

Exmo. Senhor General Comandante da Guarda Nacional Republicana

Os nossos agradecimentos por de imediato ter aceite o nosso convite para aqui proferir uma alocução referente ao combatente da GNR e a sua participação nas operações de paz e humanitárias.

A sua participação é uma feliz demonstração pública da abrangência das nossas instituições e do interesse mútuo que temos em alargarmos ainda mais, aos militares da GNR, a sua ligação à Liga dos Combatentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Caros Combatentes

Hoje, em termos europeus, evoca-se por toda a Europa o dia que marcou o fim do confronto a que pela primeira vez na história, se chamou de Grande Guerra Mundial. A Liga dos Combatentes evoca-o, como sempre, com cerimónias locais em todo o país e nesta cerimónia de nível nacional.

Já hoje estivemos no Monumento aos mortos da Grande Guerra na Avenida da Liberdade colocando uma coroa de flores. Estaremos nas cerimónias a realizar na embaixada de França e da embaixada do Reino Unido, como sempre o fizemos, evocando este esforço comum europeu na defesa da sua liberdade.

Pelo segundo ano consecutivo a Liga dos Combatentes evoca o fim da guerra do ultramar. Decidiu tomar essa iniciativa pela primeira vez no ano transato. Entendemos que os momentos em que se consegue a Paz, por mais dramáticas que sejam as condições em que se obtenha, são momentos históricos que merecem não ser esquecidos, tanto pelos que sofreram a guerra, como pelos vindouros. A obtenção da paz arrasta consigo sempre o rescaldo dramático das suas consequências. Os combatentes e os seus problemas são normalmente passados para segundo plano face a outras preocupações. Os combatentes têm assim que se organizar normalmente para tentar apoiar os que mais sofrem ou sofreram e colmatar lacunas do estado.

Assim nasceu e se mantém e manterá a Liga dos Combatentes. Logo nas intenções dos seus fundadores em 1919, sem resultados, para em 1921 se instituir uma comissão constituinte que só em 16 de outubro de 1923 conseguiria em reunião solene, materializar a sua criação, a qual seria oficializada em 1924. A data de 16 de outubro de 1923 passou assim a ser considerada como o dia da fundação da Liga dos Combatentes.

Há três anos a esta parte que o comemoramos publicamente nesta data e a esta hora do dia, em conjugação com o 11 de novembro, garantindo a maior dignidade às cerimónias e por razões de economia de meios quer para a Liga dos Combatentes, evitando mesmo o almoço que normalmente se lhe seguia, quer para os meios a disponibilizar pelas Forças Armadas reduzindo, o número de cerimónias com a sua participação direta. Somos a instituição no país que ao longo dos anos vem publicamente organizando uma cerimónia evocativa do fim da IGG. Somos a instituição que em cerimónia pública iniciou o ano passado a evocação do fim da guerra do ultramar. Dois acontecimentos que estão diretamente ligados à nossa própria razão de existência e que por isso se casam bem com a evocação do nosso próprio nascimento. Mas não falamos apenas em nome da Liga dos Combatentes. Fazemo-lo também em honra daquelas instituições que em determinada altura das suas vidas decidiram entregar à Liga dos Combatentes o seu património material e imaterial. Recordamos a Junta Patriótica do Norte, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, a Comissão dos Padrões da Grande Guerra, A Associação dos Mutilados da Grande Guerra, o Movimento Nacional Feminino.

Esta abertura da Liga dos Combatentes continua hoje válida e é com satisfação que verificamos juntarem-se a nós como Núcleos da Liga outras associações, como a Associação dos Combatentes de Marco de Canavezes, a Associação dos Combatentes de Arouca, a Associação Franco Portuguesa de Richebourg, a Associação dos Combatentes de Winnipeg, a Associação dos Combatentes de Toronto e do Quebeque. É com esse espírito de abertura e apoio que temos alojado na nossa própria sede, a Associação Nacional dos Prisioneiros de Guerra. Foi com igual espírito que aceitámos, com o apoio de todas as Associações, dirigir o último Congresso de Combatentes e a cerimónia evocativa do início da guerra no ultramar, no passado dia 15 de março, neste mesmo local, sob a Presidência de Sua Ex.^ª o Presidente da Republica, evocando o esforço da Nação Portuguesa e das suas Forças Armadas naquele conflito.

Este é o nosso espírito solidário e desejo de união de todos os combatentes, no respeito da independência e do direito à associação livre, mas com o desejo de que o movimento associativo dos combatentes seja um movimento são, sem dispersão de esforços que os dividam e

enfraqueçam, sem protagonismos escusados, mas que defenda os direitos dos combatentes e, os oriente no cumprimento dos seus deveres.

No ano em que se perfazem 50 anos sobre o início da guerra do ultramar em África, bem com 50 anos sobre a invasão e queda da Índia Portuguesa, queremos mais uma vez prestar a nossa justa homenagem a todos os que sofreram as vicissitudes da guerra. Os que tiveram que a fazer e conduzir e os que tiveram que sofrer as suas consequências. Durante o ano em curso A Liga dos Combatentes continuou a sua patriótica e humanitária missão. No âmbito do nosso Programa Estruturante Liga Solidária pusemos em funcionamento a Creche do Porto com 30 crianças planeando para breve a sua inauguração oficial. No que se refere ao Programa Estruturante Conservação das Memórias realizámos mais duas operações em Moçambique. Terminámos o reconhecimento de todas as situações existentes, construámos um ossário no cemitério de Nampula, para onde fizemos a concentração de quatro exumações de lugares longínquos e apoiámos a trasladação para Portugal, a pedido da família, dos restos mortais de um militar morto em combate em 1970. Restabelecemos a dignidade violada do cemitério de Bissau. No continente aumentámos igualmente, com o apoio das Câmaras, o número de talhões e de ossários e continuámos a manutenção e dignificação de diversos talhões, entre os 284 espalhados pelo país, nomeadamente o Alto de S. João e a Cripta. No Programa Estruturante Cultura Cidadania e Defesa, continuámos a garantir a dignidade de todos os monumentos aos combatentes, nomeadamente o monumento que se encontra na nossa frente. Sublinhamos o significativo número de monumentos que surgem nos mais diversos cantos do país, por diversas iniciativas, em especial no Portugal Profundo. Continuámos, com o apoio do MDN, a garantir a manutenção, segurança e conservação do Forte do Bom Sucesso e a desenvolver O Museu do Combatente, com novos espaços com o apoio da Marinha, do Exército, da Força Aérea e da Guarda Nacional Republicana e com novas exposições e com o desenvolvimento de um espaço de lazer no exterior do Forte. Exposições, convívios, conferências, eventos diversos, lançamentos de livros, desenvolvimento de um programa de cultura musical, tudo tem dado e continuará a dar vida a este espaço.

Quando olhamos para trás sentimos ser um trabalho que nos honra e nos orgulha, dignifica a Liga dos Combatentes, os Combatentes, a área histórica envolvente e o país.

Ainda neste programa temos vindo dentro das nossas possibilidades a melhorar as condições do Paiol do Funchal, com o apoio da Câmara Municipal local. As condições permitirão em breve que para ali seja transferida a sede do Núcleo. É de mencionar igualmente a atividade cultural e editorial, nomeadamente a Tertúlia Fim do Império, coordenada pelo Núcleo de Oeiras e de que resultou já a publicação de seis livros a que chamámos “Coleção Fim do Império”. Na pluralidade de uma organização complexa e em expansão, aumentámos este ano, novamente, o número de núcleos aproximando-nos dos cem Núcleos, cobrindo todo o país e fundamentalmente o Portugal profundo e alguns no estrangeiro, geridos por 516 dirigentes voluntários, aumentando igualmente o número de membros da Liga dos Combatentes, com 2500 novos sócios, não obstante os 500 mortos anuais que, em média, sofremos. Teremos a honra de entregar hoje a sua Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional o seu cartão como Membro da Liga dos Combatentes, com o N.º 166.444 e a sua Ex.^a o Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional com o N.º 166.445. Continuámos o desenvolvimento do Programa Estruturante Inovação e Modernização. No corrente ano estamos terminando a digitalização do arquivo histórico da Liga após protocolo estabelecido com a Torre do Tombo. Colocámos mais um painel de células foto - voltaicas, a custo zero, agora no Forte do Bom Sucesso. A Liga dos Combatentes tem em desenvolvimento, com vários parceiros, estudos para o estabelecimento de protocolos no âmbito das energias renováveis com os nossos núcleos espalhados pelo país, desejando poder receber o apoio para a sua extensão ao Ministério da

Defesa Nacional, Marinha, Exército e Força Aérea. O nosso esforço de abertura ao exterior e procura de apoios tem sido constante, quer ao nível da Direção Central quer nas Direções dos Núcleos, a quem neste momento aproveito para louvar o esforço hercúleo e quantas vezes solitário, dessas cinco centenas de dirigentes espalhados pelo país e pelo estrangeiro. O Programa Estratégico e Estruturante Cuidados de Saúde na sua tripla função de formação/investigação, cuidados de saúde, física e mental e apoio à inclusão social, sentiu no ano corrente o que são as necessidades reais dos combatentes e famílias mais vulneráveis, as reais capacidades de uma estrutura montada pela Liga dos Combatentes, dentro da sua finalidade primária de apoio, por impulsionamento do MDN, dada a falta de resposta do estado, diga-se Ministério da Saúde, e a confrangedora disponibilidade de meios conseguidos para fazer face a tais necessidades. Nos dois primeiros quadrimestres do ano, dos 4500 atos previstos vimo-nos obrigados a cancelar 1800. As solicitações e os problemas existem, conhecemo-los e queremos e temos que ajudar a resolvê-los. A Liga dos Combatentes não se pode transformar numa nova Rede Nacional de Apoio inoperante. Não podemos colocar em hibernação os combatentes doentes física ou mentalmente e os excluídos da sociedade. Nem tempos teriam para acordar da hibernação. Aqueles que diariamente, com a sua força e determinação, voluntariamente lutam pela solidariedade e apoio mútuo para com os mais desfavorecidos da saúde e da vida, acordariam frustrados. Estamos conscientes das dificuldades que o país atravessa. Mas é também momento, em tempo de crise e de dificuldades acrescidas para que o Ministério da Saúde e o Ministério da Segurança Social, em que se fazem profundos estudos de situação, fazerem um balanço dos apoios que os seus antecessores e antecessores dos seus antecessores, em períodos de não crise, atribuíram, neste âmbito da saúde e apoio à terceira idade, à Liga do Combatentes. Para lhes facilitar o trabalho eu direi aos responsáveis de hoje, que não disponibilizaram um euro. O MDN apoiou, mas dadas as necessidades existentes de forma que se revelou insuficiente. Estas áreas, do apoio à saúde e à terceira idade, incluído no nosso programa Liga Solidária, constituem o núcleo duro das preocupações da Liga dos Combatentes.

Finalmente o Programa Passagem do Testemunho está em desenvolvimento. Elaborámos o Plano. Distribuímo-lo. Solicitámos o apoio aos recetores do mesmo. Queremos resultados iguais ou semelhantes aos conseguidos pelos que nos passaram o testemunho a nós combatentes do ultramar. Temos a satisfação de já hoje termos núcleos dirigidos por antigos combatentes da Bósnia, do Kosovo e outros lugares onde os combatentes de hoje cumprem missões ao serviço de Portugal. Somos uma instituição aberta e lutamos pela nossa perenidade ansiando mesmo que ela seja garantida pelos nossos netos. Seria sinal de que a Paz em Portugal, se prolongaria muito para além do natural.

Senhor Ministro da defesa Nacional
Minhas Senhoras e meus Senhores

Termino, afirmando que estes cidadãos a que me venho referindo, iguais em direitos e deveres a qualquer cidadão, nos estritos termos da Declaração dos Direitos do Homem, foram pelo Estado escolhidos para, em dado momento, defenderem os seus superiores interesses, da sua soberania, da sua integridade e a defesa das suas populações.

A partir desse momento esses cidadãos a quem a determinada altura da vida, vestiram a farda das Forças Armadas portuguesas, esses cidadãos combatentes, assumiram com o risco da própria vida, deveres não exigidos ao cidadão comum. O Estado tornou-os diferentes dos outros cidadãos, para a vida inteira, em deveres.

Cumpra ao Estado, quando necessário, garantir-lhes alguns direitos, mesmo que para além dos atribuídos ao cidadão comum. Tal como não foram comuns os deveres que cumpriram, alguns com o sacrifício da própria vida.

Ajudámos Portugal combatendo, a ultrapassar a guerra.

Portugal pode contar connosco para continuar a combater por Portugal, com os nossos próprios meios para ajudar Portugal a ultrapassar momentos difíceis por que passa em tempo de Paz, na linha da honestidade, da clareza e do trabalho. As Guerras ganham-se e perdem-se. Ganham normalmente as estratégias arrojadas e bem apoiadas. As crises ultrapassam-se. Mas é fundamental manter as crises dentro dos seus próprios limites. Dentro desses limites admite-se a indignação. Fora desses limites diz-nos a própria teoria das crises, que há conflito armado, há revolução. Quem apelida as crises que vivemos de guerra, económica, financeira e social, esquece o que são os horrores da guerra.

Lutemos, pois, com todas as nossas forças, para estabelecer um conceito estratégico de ação a nível nacional e de ação europeia que consiga manter a crise multifacetada que vivemos, dentro dos seus próprios limites. Podemos estar num período de mudança histórica no mundo ocidental. Descubramos, para além do horizonte, o Norte para essa mudança, ainda que em situação de crise, mas nunca fora dos seus limites.

Os combatentes, ao terem que suportar situações anómalas, são os primeiros a preferir a resolução das crises, a terem que enfrentar situações de guerra. Vivam, pois, a união de esforços e a coesão dos portugueses para a contenção e solução da crise que atravessamos. Como Instituição patriótica e humanitária que somos, queremos para isso contribuir.

Vivam os Combatentes por Portugal, Viva Portugal.

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

MENSAGEM DE NATAL

15 de dezembro de 2011

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional

Exmo. Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional

Permitam-me agradecer a V.^{as} Ex.^{as} sensibilizado, em meu nome e de todos os que trabalham e são membros da Liga dos Combatentes, a honra e satisfação que sentimos em terem aceitado estarem presentes neste convívio, simples, mas sempre significativo, em que pretendemos assinalar a época de Natal que mais uma vez o calendário da vida, nos apresenta.

Temos connosco em espírito todos os Combatentes por Portugal e suas famílias.

Senhores Almirantes e senhores Generais, senhora Secretária-geral do MDN, senhores Diretores-gerais, senhor Diretor do DAC, Senhor Presidente da ADFA e da ANPG, Ilustres Membros dos Corpos Sociais da Liga, Presidentes de Núcleos presentes, Minhas Senhoras e meus Senhores,

Caros Amigos

Se Natal é nascimento, Natal é presente e é futuro.

Na Liga dos Combatentes todos os dias acontece Natal.

A promoção da História e do amor à Pátria bem como a solidariedade e apoio mútuo, são ações diárias repetidas na Direção Central e na centena de Núcleos da Liga dos Combatentes espalhados pelo país e pelo estrangeiro. Quer sejam ações planeadas quer sejam inopinadas, quer sejam simples ou complexas.

Recordo um dos últimos dias. Ao entrar de manhã, na sede da Liga dos Combatentes, reparei que um senhor, de aspeto normal, se encontrava sentado no átrio de entrada esperando algo. Dei os bons dias e segui. Alguns momentos depois alguém entrou no meu gabinete dizendo: - Está lá em cima um senhor que diz ser combatente e que está com um problema. Tem uma pensão muito baixa. Tem a mulher doente numa cadeira de rodas. Tem conseguido cumprir os seus compromissos até agora. Renda de casa, alimentação, medicamentos, luz, mas não tem conseguido pagar a conta água e está ameaçado que lhe vão cortar à água amanhã. Deve 90 euros e não tem possibilidades de pagar.

Perguntei: É sócio? Resposta: - Não é. Diz que foi a várias instituições e não conseguiu apoio e que o aconselharam a vir à Liga. Espera de futuro resolver o problema, mas agora está aflito. Confirmados os factos, inscreveu-se o combatente como sócio da Liga e decidiu-se resolver o problema.

Alguns momentos depois tocou o telefone: - Meu General sou o coronel António filho do General José. Meu pai faleceu e vão agora ser levantadas as ossadas. Ele como sabe foi combatente, mas não era sócio da Liga. Como é que eu posso fazer para que as cinzas dele vão para a cripta do Alto de S. João? Esclareci o senhor Coronel.

Sobre a minha secretária uma carta esperava a minha assinatura para materializar o apoio que tínhamos decidido dar à filha de um combatente da IGG, a quem tinha caído o telhado de sua casa. Recorrera a todas as entidades locais incluindo a junta de freguesia e acabara por ir a um

Núcleo pedir apoio, porque lhe chovia abundantemente em casa. Após verificação da situação real, a Direção Central decidira apoiá-la.

Seguia-se uma carta de mais uma família desesperada pedindo apoio para um combatente com Alzheimer. Para esses doentes e famílias, para quem nos dias cinzentos de todos os dias, não há lugar para Natais conscientes, mas apenas para o sofrimento, desenvolvemos esforços desesperados para encontrar caminhos da minimização do desespero. Alguém poderá ajudar a Liga neste grave problema social?

Numa outra carta, dois combatentes agradeciam ao Presidente da DC o apoio na Liga na resolução de graves problemas que tiveram durante o tornado que aconteceu perto de Tomar.

Na Biblioteca, encontrava um dos últimos sem-abrigo apoiados pela Liga, que nos visitava e nos agradecia poder dispor já de uma pensão.

Aproximava-se a hora de almoço. Iria receber a visita de D. Maria Eugénia Neto, Presidente da Fundação António Agostinho Neto, esposa do falecido Agostinho Neto dirigente angolano e fundador do MPLA. Toda a Direção Central assistiu a um diálogo frutuoso de partilha de memórias e aprofundamento de espaços e canais de diálogo entre o povo angolano e o povo português, entre os combatentes angolanos e combatentes portugueses. Foi assinado um memorando de entendimento entre a Fundação e a Liga no âmbito da cultura, da educação e da solidariedade. Os adversários de ontem, encontrados os caminhos da paz, assumem os erros e as virtudes da História. Os objetivos do “Programa Conservação das Memórias” da Liga foram compreendidos e grandemente elogiados.

À tarde, no Núcleo de Oeiras, na tertúlia “Fim do Império”, lançava-se o sexto livro da coleção, agora no ciclo da Índia, quando se perfazem 50 anos da invasão, da autoria do Coronel Dias Antunes, a título póstumo, onde se relatam testemunhos dos acontecimentos. Numa sala repleta de antigos combatentes e família do autor, evocou-se um Combatente, um Homem e uma Vida.

No dia seguinte, o último sábado, tomávamos parte numa reunião natalícia dos núcleos do centro oeste, distrito de Leiria, onde reuniram cerca de 500 combatentes e famílias e no domingo os núcleos do distrito de Aveiro, com cerca de 200.

Em dias anteriores colocámos em funcionamento o CAMPS de Évora e uma delegação do CAMPS de Loulé, em Beja, no âmbito do Programa Cuidados de Saúde, para apoio da saúde física e mental de combatentes e famílias.

Todos os dias, pelo país inteiro, nos Núcleos da Liga, o cenário é idêntico e se apoiam e acompanham milhares de sócios e famílias cuja deficiência física, mental e social são nossa preocupação permanente. Mas tudo fazemos para não vitimizar as vítimas. O nosso apoio é silencioso e sem ruído.

Por outro lado, todos os dias aqui e além se reúnem combatentes e famílias em convívios, passeios, tertúlias, conferências, exposições, cerimónias evocativas de momentos importantes da História de Portugal, num relacionamento fraterno e amigo. Todos os dias o sentimento do dever cumprido e a necessidade e alegria de rever aqueles com quem se passaram os momentos mais difíceis das nossas vidas.

Tudo isso contribui para que na Liga dos Combatentes sintamos que acontece Natal todos os dias.

Em ações inopinadas, no desenvolvimento de simples projetos ou dos Programas Estratégicos e Estruturantes em curso.

A Liga dos Combatentes continua, pois, a ser fiel ao lema que adotámos: *Liga dos Combatentes Valores Permanentes; Liga dos Combatentes em todas as Frentes*.

Amanhã se tivesse que sublinhar um dia como o que descrevi, estaria certamente a descrever outros acontecimentos, semelhantes, diversificados, complexos e humanamente enriquecedores, muitos deles resolvidos e outros que gostaríamos de ter possibilidades de resolver.

Todos eles perfeitamente enquadráveis nos sentimentos que caracterizam a época de Natal de uma sociedade maioritariamente cristã.

Porque as necessidades existem e todos os dias se nos revelam, era importante que pudéssemos fazê-lo acontecer a toda a hora. Na situação difícil do mundo que estamos vivendo, seria difícil terminar fazendo votos de Boas Festas e Feliz Ano Novo. Fazemos votos sim, para que quem tem as espinhosas responsabilidades políticas, nacionais e europeias, consiga encontrar soluções que minimizem os graves problemas com que os portugueses, e os combatentes em particular, se defrontam.

Para além desses votos, podem V.^ª Ex.^ª Senhor Ministro e Senhor Secretário de Estado contarem com a Liga dos Combatentes, o nosso esforço, o nosso saber e trabalho solidário, para se ultrapassarem esses espinhosos caminhos, contribuindo para que os portugueses e os combatentes em particular, possam usufruir de um meio ambiente mais próspero, uma vida com mais Segurança, Justiça e Bem-Estar, em Paz e Liberdade.

Para todos os meus sinceros desejos de boa saúde, em termos pessoais e familiares e um Natal e Ano Novo possíveis.

Uma palavra de agradecimento aos sócios Maestro José Soares e Daniel Gouveia, pelo momento musical que nos proporcionam, bem como a todos os que nos ajudaram a preparar este convívio.

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

CERIMÓNIA EVOCATIVA DOS 50 ANOS DA INVASÃO DA ÍNDIA PORTUGUESA, JUNTO AO MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR, LISBOA

19 de dezembro de 2011

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Pelo nono ano consecutivo, desde que sou Presidente da Liga dos Combatentes, aqui tenho estado, junto a este monumento aos Combatentes do Ultramar, no dia 19 de dezembro e a vosso convite, tenho usado da palavra. No passado dia 15, estive presente na cerimónia, presidida pelo senhor Ministro da Defesa Nacional, a convite do senhor Diretor da Biblioteca Nacional na entrega, pela família, do arquivo do General Vassalo e Silva à Biblioteca Nacional. Ontem, 18 de dezembro, estive a convite do senhor Almirante Chefe de Estado-maior da Armada, numa cerimónia de homenagem aos marinheiros mortos em combate durante a invasão do Estado Português da Índia, pela União Indiana. O Vice-Presidente da Liga dos Combatentes esteve ontem também na Missa promovida pela ANPG em Homenagem aos militares caídos na Índia Portuguesa.

A Liga dos Combatentes tem-se sempre associado à causa dos ex-prisioneiros de guerra da Índia. O ano corrente sublinha uma efeméride especial da vida dos portugueses e do destino de Portugal. Decorrem 50 anos sobre aquele nefasto acontecimento que marcou as vossas vidas e deu início à queda do Império português e por isso marcou também a História de Portugal. A História da nossa e das gerações futuras. O ano corrente é sem dúvida um ano de profunda reflexão sobre o que foi a guerra global travada pelas Forças Armadas ao serviço de Portugal, sob a orientação e decisão política de então, com as consequências drásticas conhecidas. Reflexão e evocação do esforço da Nação portuguesa e das suas Forças Armadas em vários Teatros de Guerra, numa dimensão global:

- Angola, Índia, Guiné e Moçambique.

Não houve país no mundo, em que as suas Forças Armadas se tivessem que empenhar sucessiva e simultaneamente, em 4 teatros de operações, naquele espaço de tempo, a dezenas de milhares de Km da sua base da retaguarda política e logística. Estamos hoje, de facto, num período de partilha de memórias e é, no momento, o então Estado da Índia Portuguesa, o espaço estratégico da reflexão.

Os narradores principais têm sido soldados de Portugal. Atores que simplesmente descrevem momentos em que se misturam a esperança e as certezas da vida, com as dúvidas e a desilusão, a coragem com o medo, o amor pátrio com a revolta, a vontade de cumprir um dever com a incapacidade, sua e de quem os rodeia para o fazerem, a raiva corajosa com a cobardia obrigatória. A vida e a morte entrelaçam-se, com o sentimento de uma hora marcada sem glória, a contrariar o seu profundo sentimento de soldados que se sentem com moral para se baterem, mas a quem não são dados os meios bélicos mínimos para combater e se lhes exige que morram pela Pátria, até à fome e à falta de munições, donde apenas poderão sair vitoriosos ou mortos. Mesmo nessas condições Soares Anjos, soldado em Diu, descreve no seu diário, a admiração pelo seu comandante, que lhe manda em momento crítico içar a Bandeira Nacional sem quaisquer honras militares, dizendo-lhe: *Vai içar a bandeira que aqui ainda é Portugal”, e passa depois pela situação mais dramática que em guerra um militar pode sofrer, a de prisioneiro de guerra, desabafando nesse diário: “O primeiro espetáculo que se deparou aos meus olhos, foi o dos aviões a bombardearem desumanamente a Bandeira das Quinas, aquela que umas horas antes havia içado”, continuando: - “O bombardeamento continuava em massa. Já não eram militares, já não*

eram homens, já não eram portugueses os que se encontravam ali metidos. Chorava-se não com o medo da morte, mas de raiva por ter que morrer ali cobardemente.

E mais tarde a 24 de dezembro relata: Diu foi atacado por terra, mar e ar no dia 18 de dezembro de 1961, e eu, nesta data tão triste, véspera de Natal, encontro-me vivo e são. Estou encarcerado na cela n.º 19 da ex-penitenciária da Índia em Diu. Nesta mesma cela estiveram presos grandes criminosos. Agora encontro-me eu e outros militares, expiando o crime de termos defendido dentro das nossas possibilidades o retalho de terra portuguesa com o nome de Diu. Mas acima de tudo e contra tudo o que eu imaginei, estou vivo.

Ao transcrever estas passagens das primeiras páginas de um diário de um soldado, que em 1961 se encontrava na Índia e onde revela patriotismo e disponibilidade para o combate, interrogo-me quanto ao que fez desbaratar este estado de espírito de entrega tantas vezes revelado pelo soldado português ao longo da História. Não me parece que errarei muito se disser que foi uma incoerência política e uma estratégia diferenciada para o extenso território português de então. Inicialmente os discursos pareciam estar de acordo com a própria constituição, onde se definia o território nacional de Minho a Timor, uno e indivisível, cabendo às Forças Armadas a sua defesa. Foi por isso que os sucessivos comandos militares, desde o fim dos anos quarenta, foram estabelecendo planos de defesa até aos planos Gralha e depois Sentinela, todos eles admitindo uma fase de retardamento e depois uma fase de defesa do território.

É assim que em 22 de julho de 1955 num comunicado da Presidência do Conselho de Ministros, Salazar afirmava “A nossa total compreensão e firme desejo de viver em paz e amizade com a União Indiana não têm sido compreendidos, nem tido mais favorável resposta que dizerem-nos dever a questão ser pacificamente resolvida. Entendamo-nos. Se por “questão de Goa” se entender a transferência para a União Indiana da soberania sobre os territórios portugueses da Índia, é seguro que a questão não se resolverá por meios pacíficos.”

Fazia um ano sobre o ataque da União Indiana a Dadrá com os primeiros mortos da nossa parte. Salazar ameaçava então usar a força. Ao contrário, a estratégia que seguiu foi reduzir ao mínimo as forças então existentes. Se foi admitida a possibilidade, pelo governo português, em 1955, da questão de Goa não se resolver por meios pacíficos, será caso para nos interrogarmos porque se não tomaram as medidas ao alcance do país, para que isso fosse visível e, ao contrário, se reduziram ao mínimo as forças armadas nos territórios, apresentando-se a situação dramática em 1961?

Simplemente porque a estratégia adotada, não correspondeu à política definida. Se marchámos para Angola “rapidamente e em força” porque não se adotou semelhante atitude para com a Índia, já que ainda se não tinham aberto as frentes de Guiné e de Moçambique, para as quais houve forças? Pela simples razão que Goa (com a vizinha Índia), Macau (com a vizinha China) e Timor (com a vizinha Indonésia) se admitiu serem indefensáveis. Mas determinava-se politicamente que fossem defendidas a todo o custo. Incoerentemente com a política definida usava-se uma estratégia de risco mínimo. No oriente quanto menos efetivos menos dramatismo, mas quem lá estivesse era politicamente, para se sacrificar, heroicamente ou não.

O mesmo conceito foi aplicado em Macau e em Timor. Diga-se que até mesmo depois do 25 de Abril. A vida da nossa geração foi especialmente condicionada por três figuras políticas dominantes. Um político idealista teimoso, a que se seguiu um político idealista pouco corajoso e depois um político descolonizador tempestuoso.

Foi com o primeiro, o político idealista teimoso, que caiu a Índia Portuguesa. A intranquilidade do seu governo foi gerada por causas próximas que se agudizaram a partir do ano de 1957 e que determinaram as circunstâncias da queda da Índia. Assinalam-se, como reforço de uma política internacional desajustada, os acontecimentos marcantes da vida nacional, nomeadamente: A oposição do General Humberto Delgado que conduziu a eleições, a oposição dos “católicos progressistas” e a carta do Bispo do Porto e a sua consequente saída de Portugal, a visita do General Eisenhower a Portugal e a viragem americana com a vitória de John Kennedy nas eleições americanas do mesmo ano 1960, a que se segue o início da guerra em Angola 1961, precedida dos episódios da crise do pacote Santa Maria com Henrique Galvão e o golpe de Botelho Moniz. Pela primeira vez, e iniciando um duelo de palavras e ações que se seguiriam, os Estados Unidos aprovam uma moção apelando às autoridades portuguesas que reformassem a administração local e adotassem medidas tendentes a obter a independência de Angola.

A União Soviética adotava idêntica atitude apoiando movimentos contrários dos EUA. Na Europa as grandes Inglaterra e França, viam refluir o seu Império. Estas as causas próximas que aceleraram a queda da Índia. Se em Angola, 4 de fevereiro e 15 de março assinalam o início da guerra em África, acontece que em Goa a 30 do mesmo mês de março é assinalada uma incursão armada na fronteira Norte de Goa. Em Angola, depois Moçambique e Guiné a discussão política, militar e diplomática duraria treze anos. Em Goa, a profunda discussão, após a Índia ter comunicado aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha que tencionava “integrar a Índia portuguesa nos seus territórios nos meses mais próximos” duraria realmente meses. O povo português foi acusado por Nheru, em 1961, de estar a viver noutra século e que o tempo da diplomacia se tinha esgotado. A análise de toda a informação disponível e a sua interpretação, não podia se não levar à conclusão de que o emprego da força era altamente provável. Acontece que da nossa parte já em 1955, portanto seis anos antes, Salazar em comunicado da Presidência do Conselho de Ministros, como já referi, afirmava Portugal disponível para usar a força. Uma conclusão é lícito retirar.

Enquanto a União Indiana evoluiu do desejo de negociação confirmado em 1952 para a ameaça, seguida de agressão em 1961. Portugal evoluiu da determinação do emprego da Força em 1952, para a redução dessa mesma Força a um nível que impedia qualquer negociação, porque seria sempre numa posição de extrema fraqueza. Uma análise do que sucedeu e dos relatórios e relatos existentes, podemos logicamente concluir que no processo de decisão português, não foram considerados em termos de estudo de situação de informações, as reais possibilidades do inimigo realizar uma ofensiva, em que a possibilidade mais provável coincidia com a mais perigosa, nem tão pouco as suas intenções, sistematicamente reveladas, nem os indícios técnicos existentes, mas foi dada sim importância determinante para as ações a tomar por Portugal, às eventuais características pessoais do chefe inimigo com as suas supostas doutrinas pacifistas.

Quando a “questão de Goa” se desenvolve nestes termos, política e diplomaticamente durante uma década, não deixa de ser ridículo que na última ordem política emitida se exijam aos militares oito dias para ganhar tempo diplomático, sabendo que mesmo que o mesmo fosse ganho, a haver negociações, seriam sempre em extrema fraqueza. Surpreendente é a resposta do governador ao aceitar pacificamente essa ordem. Certamente respondeu como Governador, ou seja, como um político, responde a um político. Não respondeu como General Comandante-Chefe perfeitamente conhecedor dos inadequados meios militares disponíveis, em pessoal e material e das condições de organização do terreno e dos meios, que determinara.

Justiça seja feita que a prática foi mais de rotura perante as ordens recebidas do que a referida resposta. De facto, recusou a trasladar S. Francisco Xavier para Portugal, dizendo que era

património de toda os portugueses e indianos. Recusou-se a retirar os aviões civis disponíveis para Carachi dizendo que eram necessários para fazer evacuações. Recusou-se a participar na destruição da Roma do Oriente. Recusou-se a sacrificar a população goesa e os seus 4200 homens perante uma ofensiva de 45.000 homens com 25000 em reserva, devidamente equipados e com supremacia aérea e superioridade de fogos e naval a rondar a supremacia. É evidente, como já referi, que em termos políticos e militares o conceito do “rapidamente e em força” foi unilateral e injustamente aplicado. Aplicou-se em Angola. Não foi aplicado em Goa. Ambos eram ao tempo, considerados território nacional. E se foi entendido que tal conceito não podia ser aplicado em Goa, só podia haver um caminho, preparar uma negociação digna. Exigir aos militares o sacrifício total, só se o governo tudo tivesse feito para garantir os meios mínimos possíveis para que moralmente o pudesse exigir. É por todos reconhecido que isso não aconteceu.

A análise política e militar da situação de Goa, vista de Lisboa, não foi pois a mais correta. Mas em termos militares locais, parece ter havido, ao longo dos anos, uma certa apatia.

Estive em comissão em Macau em 1975/78. Tive ocasião de observar que os planos existentes de defesa a todo o custo do território, vindos dos anos cinquenta, tinham materialização na organização do terreno e visitei as trincheiras ainda existentes na área do Farol da Guia e Portas do Cerco bem como as posições preparadas de artilharia. Do que tenho lido e ouvido não me apercebo que em termos militares os planos datados dos mesmos anos, fossem treinados ou tivessem mesmo implantação no terreno. A organização do terreno, materializando o conceito dos planos de defesa e o seu treino periódico, não me parece terem existido. Esse facto terá provavelmente resultado em alguma desorganização, em especial no último reduto previsto para a defesa de Goa. Enfim, no oriente, quanto menos efetivos houvesse menos dramatismo haveria, mas quem lá estivesse no momento errado, era para morrer. Em sua honra evoquemos a memória dos que caíram na Índia, nomeadamente os quinze caídos em Goa, os sete caídos em Damão e os dois caídos em Diu. Salientemos António do Rosário e Aniceto do Rosário da PEI, as primeiras vítimas, Santiago de Carvalho do Exército e Oliveira e Carmo da Marinha, como símbolos daqueles que caíram, bem como dos que hoje, aqui, podem testemunhar o que foi um erro político e um sacrifício militar

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general